**PERFIL SOCIAL**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_inscrito no C.P.F nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, selecionado no processo seletivo \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ na UFERSA, para o Curso \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no turno \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ no Campus \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.

**DECLARO** que:

1. **RESPONSABILIDADE E VÍNCULO**

**ATENÇÃO:** Em obediência à Lei nº 12.089/2009, de 12 de novembro de 2009, o candidato não poderá ter vínculo com outro curso de graduação de Instituição de Ensino Superior Pública no momento da matrícula.

**Tenho vínculo** com: Curso: Instituição:

Mas faço opção **definitiva** pelo curso da UFERSA ao qual esta declaração diz respeito.

**Não tenho vínculo** com nenhum curso de graduação na UFERSA ou outra instituição pública de Ensino Superior.

1. **EGRESSOS DE ESCOLA PÚBLICA**

Cursei o Ensino médio **integralmente em escola pública,** em conformidade com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual estabelece os critérios para reserva de vagas.

Apresento histórico(s) escolar(es) correspondente(s) a todos os anos e escolas nos quais cursei o ensino médio, tal como declarado no item (1) acima.

Não cursei nenhuma parte do ensino médio em: escolas particulares; escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas, por serem caracterizadas instituições privadas de ensino. (Art. 20 Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB); escolas particulares mediante bolsa de ensino integral ou parcial, de acordo com as definições da Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012.

1. **BENEFICIÁRIOS DO CRITÉRIO ÉTINICO RACIAL (COSTISTA PPI)**

Pertenço ao grupo cotista PPI – Candidatos Autodeclarados Pretos, Pardos ou indígenas, quem tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, de acordo com a Lei nº 12.711/2012.

1. **CERTIFICAÇÃO DO ENEM OU ENCCEJA**

**ATENÇÃO:**

O candidato que apresentar a Certificação do ENEM ou ENCCEJA só poderá ocupar uma das vagas reservadas pela Lei nº 12.711/2012 (Lei das Cotas) para egressos de escola pública, o estudante que atenda **todos** os seguintes requisitos:

**I. tenha cursado integralmente ou parcialmente, o ensino médio em escolas públicas** em cursos regulares ou no âmbito da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), e apresente a comprovação (histórico escolar) correspondente a todos os anos cursados;

**II. não tenha cursado, em nenhum momento, parte do ensino médio em escola que não seja pública.**

**DECLARO** que:

Apresento Certificado – ou equivalente – de conclusão do ensino médio emitido por escola pública ou com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino, acompanhado do histórico de que cursei o Ensino médio exclusivamente em escola pública, em conformidade com a Lei n.º 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual estabelece os critérios para reserva de vagas.

Apresento Certificado – ou equivalente – de conclusão do ensino médio emitido por escola pública ou com base no resultado do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA ou de exames de certificação de competência ou de avaliação de jovens e adultos realizados pelos sistemas estaduais de ensino e **declaro que em nenhum momento cursei em qualquer Escola do Sistema Educacional qualquer série do Ensino Médio.**

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam, a qualquer tempo, no cancelamento do(s) BENEFÍCIO(S), se concebido(os), e obrigam a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, além das medidas judiciais cabíveis.

Ratifico serem verdadeiras as informações prestadas, estando ciente de que a informação falsa incorrerá nas penas do crime do art. 299 do Código Penal (falsidade ideológica), além de caso configurada à prestação de informação falsa, apurada posteriormente ao registro acadêmico, em procedimento que assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o cancelamento de meu registro na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, sem prejuízo das sanções penais cabíveis (art. 9º da PORTARIA NORMATIVA Nº 18, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012, do Ministério da Educação).

|  |
| --- |
| **Dispõe o art. 299 do Código Penal:** “Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento é particular” |

, de de \_\_ .

Local e Data

Assinatura do candidato   
(conforme documento de identificação)